

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:**

O governo municipal de Florianópolis apresenta o projeto de lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, fruto da elaboração participativa e técnica com a contribuição de inúmeros setores da comunidade, e os mais diversos segmentos sociais, e a condução institucional do governo Municipal, com a participação da maior parte das Secretarias e a coordenação do IPUF.

Tem-se a convicção de tratar-se de um instrumento da maior importância para a cidade e cuja elaboração integra duas contribuições principais:

- O amplo e profundo processo de leitura comunitária participativa, realizado de 2007 a 2008, que determinou as diretrizes conceituais que a comunidade demanda ao PDDUS e que norteou sua elaboração final, juntamente com significativas indicações para o desenvolvimento dos núcleos urbanos. (ver nota 1).

Destaca-se que a leitura comunitária plantou o paradigma da sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social como suas principais aspirações, resultando diretrizes importantes que também alimentaram decisivamente a leitura técnica.

- A leitura técnica realizada pela Equipe Multidisciplinar e Consultorias externas entre 2006 e 2008, que aplicaram o conceito de Reserva de Biosfera Urbana adotado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis desde 2005, e o paradigma da sustentabilidade urbana em amplo processo de consenso em nível internacional.

Esta leitura adotou como horizonte populacional os estudos realizados pelo IPUF em 2007, estes demonstraram projeção para Florianópolis de 459.445 habitantes atuais à 756.251 até o ano 2030, tendo além disso a possibilidade de que um dia de alta temporada em 2030 possam entrar na cidade até 550.000 visitantes. Este crescimento populacional, importante, representa uma taxa média anual de 2%, mas, além disso, uma pressão de visitantes que pode alcançar aproximadamente 1.300.000 habitantes num dia de verão forte. (ver nota 2)

Foi necessário, então, incorporar ao PDDUS uma forte política baseada em três critérios:

- 1.- Fortalecer a área metropolitana nos municípios do continente, para orientar uma parte das tendências de crescimento para esses municípios e lograr assim um maior equilíbrio geral e uma menor pressão no município de Florianópolis.
- 2.- Turismo distribuído em todas as estações do ano, em especial na ilha de Santa Catarina, numa decidida busca de que não se produzam altos picos de demanda concentrados no verão.
- 3.- Desconcentrar as instalações turísticas no território, para diminuir a carga antrópica nos pontos hoje mais demandados.

Esta leitura técnica foi compartilhada e ajustada durante 2009 e início de 2010 em uma nova fase participativa assegurando assim a aplicação das diretrizes comunitárias em um marco de percepção da totalidade da cidade e de seus aspectos mais estruturantes e abrangentes. (ver nota 3)

Houve a necessidade, em determinadas ocasiões, de ajustar alguns aspectos particulares, essencialmente locais, da leitura comunitária, na medida em que os elementos estruturais globais da cidade assim o exigiam. No entanto, alguns destes últimos aspectos, foram nutridos e fortalecidos por múltiplas contribuições da leitura comunitária.

Desta forma, as indicações do Estatuto da Cidade foram respondidas pela integração destas duas leituras, tendo como conseqüência sua superação em um modelo integrado final, como o que aqui se apresenta.

Este modelo baseia-se na busca da sustentabilidade para o desenvolvimento da cidade, no curto, médio e longo prazo, orientado especialmente até o horizonte de 2030, tendo os três pilares da sustentabilidade claramente considerados:

- econômico: fortalecendo o turismo e agregando a sua situação atual a um grande impulso a distribuição do turismo em épocas diferentes do ano, com diversificação de oferta e qualificação dos atributos ambientais e culturais de Florianópolis. Além disso, novos desenvolvimentos econômicos são propostos, através de empreendimentos de conhecimento, científico tecnológico e cultural, e também de incentivos a pesca artesanal.

- social: baseado na mudança das tendências atuais de periferias de alto padrão e de população excluída economicamente, ao fortalecimento das centralidades locais de uso misto, mais inclusivo e autosuficientes. Desse modo, propõe uma nova política de habitação social ocupando os vazios urbanos nas áreas consolidadas, diversificando desse modo, uma sociedade mais integrada e plural.

- ambiental: aumentando a quase 75% da superfície da cidade das áreas de conservação da paisagem natural, sendo aproximadamente 50% áreas de conservação e 25% restante, áreas de amortecimento, com baixa ocupação do solo e conservação do solo e conservação dos ecossistemas naturais, sustentando assim uma trama paisagística tradicional.

## NOTAS:

### Nota 1:

#### **ETAPAS DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO**

##### I - Instalação do Processo de Planejamento Participativo

- 1.1 – Plano de Comunicação para mobilização comunitária
- 1.2 – Instalação do Núcleo Gestor
- 1.3 – Instalação e Funcionamento dos Núcleos Distritais
- 1.4 - Instalação e Funcionamento dos Comitês Regionais

##### II - Leitura da Cidade - Situação social, econômica, ambiental, cultural e institucional de Florianópolis

- 2.1 – Oficinas Distritais nos Núcleos e Sub-núcleos para a Leitura Comunitária da Realidade Distrital
- 2.2 – Eventos Setoriais: Fóruns, Jornadas, Seminários;
- 2.3 – Oficinas Técnicas;
- 2.4 – Sistematização das Informações, Leitura da Comissão Técnica do Plano Diretor Participativo
- 2.5 – Audiências Públicas Distritais p/ aval. da Leitura Comunitária Distrital e apreciação da Leitura Integrada da Cidade
- 2.6 – Consolidação da Leitura Integrada da Cidade com base nos resultados dos Seminários Distritais
- 2.7 – Fóruns Temáticos com Identificação das Diretrizes
- 2.8 – Consolidação das Diretrizes
- 2.9 – Audiência Pública para as diretrizes sínteses

##### III - Proposição dos Cenários, Estratégias e Diretrizes

- 3.1 – Formulação dos Principais Cenários para o futuro de Florianópolis: Natural, Urbano, da Orla, da Mobilidade, do Saneamento, Social, Econômico, Institucional e Regional Metropolitano
- 3.2 – Desenvolvimento do modelo de cidade
- 3.3 - Oficinas com a sociedade para apresentação do modelo

##### IV – Macrozoneamento

- 4.1 – Sistematização do Macro Zoneamento pela Comissão Técnica
- 4.2 – Consolidação da Proposta de Macro Zoneamento por meio do rebatimento espacial dos cenários
- 4.3 - Detalhamento do zoneamento de uso e ocupação do solo, função social da propriedade, instrumentos e mecanismos de implementação, monitoramento e gestão.
- 4.4 – Oficinas com a sociedade para aproximação as necessidades locais.

V – Oficinas com a sociedade para apresentação e discussão do zoneamento.

VI – Oficinas com a equipe municipal interdisciplinar para o desenvolvimento do projeto de lei.

**Cumprindo com as orientações do Conselho Nacional das Cidades e com as diretrizes do Estatuto das Cidades, o processo participativo foi organizado através da formação de um núcleo gestor, e de núcleos distritais que se organizaram da seguinte forma:**

Composição do Núcleo:

- Poder Público, 43 representantes (46,24%) ;
  - Organizações da Sociedade Civil, 50 representantes (53,76%), sendo:
    - Movimentos sociais e ONG's, 8;
    - Entidades empresariais, 5;
    - Entidades de classe e sindicatos, 5;
    - Entidades acadêmicas e conselhos municipais, 6;
    - Entidades ambientalistas, 5;
    - Movimento cultural, 4;
    - Movimento de mobilidade e acessibilidade, 4
    - Núcleos Distritais 13
- TOTAL 93 (100%)

Para estimular uma maior participação comunitária e de modo a ampliar o protagonismo das organizações civis na elaboração do Plano, foram criados 13 Núcleos Distritais, os quais deveriam indicar um representante por núcleo na composição do Núcleo Gestor:

- ND 1A – Continente com 4 sub núcleos
- ND 1B – Centro, com 5 sub núcleos
- ND 2 - Santo Antônio de Lisboa
- ND 3 - Ratoles
- ND 4 - Canasvieiras
- ND 5 - Cachoeira do Bom Jesus
- ND 6 - Ingleses
- ND 7 - Rio Vermelho
- ND 8 - Barra da Lagoa
- ND 9 - Lagoa da Conceição
- ND 10 - Campeche
- ND 11 - Pântano do Sul
- ND 12 - Ribeirão da Ilha

Tal como no Núcleo Distrital do Continente e do Centro, a maioria desses núcleos foram subdivididos em bases operacionais (sub-núcleos e eventualmente grupos temáticos) tendo em vista a mais ampla discussão dos temas a serem tratados pelo Plano. Disso resultaram 21 grupos organizados que tiveram bastante influência, especialmente na avaliação da oferta de serviços públicos e da infra-estrutura urbana.

Nestes núcleos realizaram-se as chamadas Oficinas Distritais, onde os representantes da comunidade de cada distrito (ou núcleos e sub-núcleos distritais) eram instados a desenvolver a chamada Leitura Comunitária da Realidade Distrital. Esta leitura foi complementada por um conjunto de documentos e informações obtidas durante a realização dos Eventos Setoriais: Fóruns, Jornadas e Seminários, bem como de Oficinas Técnicas que posteriormente foram complementados pela leitura da Comissão Técnica do Plano Diretor Participativo, neste caso representado pelo conjunto de técnicos municipais e dirigentes do IPUF.

Esta metodologia resultou em 3244 diretrizes, sintetizadas em 238 diretrizes, apresentadas em audiência pública, sendo estas as que orientaram as políticas setoriais do projeto de lei. E finalmente, foram destacadas 33 diretrizes denominadas macro-diretrizes que orientaram o desenvolvimento do modelo urbano ambiental do projeto de Lei.

#### Nota 2:

Campanário, Paulo: “Florianópolis: dinâmica demográfica e projeção da população por sexo, grupos etários, distritos e bairros (1950 – 2050)”, IPUF, nov. 2007). Ver apêndice a esta Exposição de Motivos.

#### Nota 3:

##### **ETAPAS DA LEITURA INTEGRADA**

Entre agosto de 2009 e março de 2010, a equipe intersetorial da Prefeitura Municipal de Florianópolis com a cooperação da Fundação CEPA Brasil, contratada para guiar o enfoque metodológico e o processo técnico de redação do anteprojeto de Lei do Plano Diretor, realizaram encontros de trabalho e tarefas técnicas de acompanhamento, assim como 4 oficinas participativas de 3 jornadas de duração cada uma.

Assistiram a estas oficinas entre mais de 100 destacadas personalidades da comunidade, academia e profissional, assim como, representantes dos diversos segmentos sociais e uma ampla quantidade de funcionários públicos ligados ao processo de elaboração da Lei.

Nestas oficinas foram revisados os sucessivos avances que a leitura técnica foi realizando e sua desejada integração com a leitura comunitária.

Anexo, LISTA DE LOS PRESENTES: